



## **MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: UM COMPARATIVO ENTRE BRASIL E PARANÁ NUMA TRAJETÓRIA DE “10” ANOS**

Rosilda Oliveira Correa, TCC, Ciências Econômicas, Fecilcam, [rosilda\\_correia@hotmail.com](mailto:rosilda_correia@hotmail.com)  
Dra. Janete Leige Lopes (OR), Fecilcam, [j\\_lopes@yahoo.com.br](mailto:j_lopes@yahoo.com.br)

### **1. Introdução**

Uma das principais mudanças ocorridas na economia brasileira e muito discutida durante toda a década de noventa, está relacionada com as formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho que passou a ocorrer sem vínculo empregatício.

A década de 90 iniciou com recessão e seguiu com políticas antiinflacionárias que mantiveram o pequeno e lento crescimento da atividade econômica, as crises financeiras, e as mudanças estruturais como a abertura comercial e financeira, a reestruturação produtiva, a privatização, a ampla incorporação da força de trabalho pelo setor de serviços e a queda do emprego industrial modificaram a dinâmica do mercado de trabalho e o avanço da informalidade tornou-se evidente.

A combinação desses fatores repercutiu negativamente sobre o mercado de trabalho e o que se observou, durante a década de noventa, foi o crescimento das ocupações sem vínculo empregatício e do trabalho por conta própria.

Em vista disso, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória do mercado de trabalho informal, bem como descrever as características desses trabalhadores nos últimos 10 anos, de forma a descobrir se depois de concluído o processo de ajustamento estrutural, a informalidade seguiu em ascensão ou se ao longo do tempo ocorreu uma adaptação da sociedade diante das mudanças de modo a reverter a tendência acompanhada durante toda a década de 90. Para tanto, optou-se por dividir este estudo em 6 partes, além dessa introdução. Na 1ª parte apresenta-se o referencial teórico sobre o mercado de trabalho informal. A 2ª parte foi destinada à metodologia e à base de dados, seguida na parte 4, pelos resultados e discussões a pesquisa. Na seqüência são feitas as considerações finais.

### **2. Referencial Teórico: Mercado e Trabalho Informal**

Com a crise do mercado de trabalho que atingiu o Brasil de forma significativa a partir da década de 1990, o que se pode observar foi uma elevação das ocupações informais. A participação dos empregos informais que já vinha crescendo desde 1980, aumentou expressivamente na década de 90, quando o grau de informalidade que era de



36,6% da população ocupada em 1986 pulou para 40% em 1991 e ultrapassou os 59% em 1999 (PNAD, 1999; RAMOS, 2002; SABADINI e NAKATANI, 2002).

No ano de 1999, 12 milhões de brasileiros trabalhavam sem registro em carteira, o desemprego atingia 1 em cada 5 brasileiros, e outros 2 trabalhavam no mercado informal, com emprego de curta duração, em condições precárias e sem contribuir com a Previdência, exercendo atividades de sobrevivência ou sub emprego (MATTOSO, 1999; POCHMANN, 2001).

Desta forma, quando o país perdeu sua capacidade de gerar empregos, sobretudo os empregos com registro formal, o avanço da informalidade tornou-se evidente no Brasil. A partir daí surge uma série de discussões e trabalhos que passaram a debater as questões associadas a definição, origem e expansão da informalidade.

O mercado de trabalho divide-se em formal e informal, para Cacciamalli (1983), Chahad (1988) e Mattoso (1999) o mercado de trabalho formal pode ser definido como aquele que atende as relações contratuais de trabalho, em grande parte, determinadas pelas forças de mercado e regulada por legislação específica, também pode ser considerado a partir do conjunto de trabalhadores que possui contrato jurídico, trabalham no setor público, os profissionais liberais, os trabalhadores vinculados com a Previdência Social, os protegidos pelo seguro desemprego e os que possuem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Quanto o mercado de trabalho informal é difícil encontrar um conceito exato, dada à variedade de definições utilizadas nos trabalhos existentes. Entretanto, um grande conjunto de autores o define como sendo aquele onde prevalece o mínimo de intervenção do governo, não cumpre as leis ou regras, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas, sem contratos registrados junto à seguridade social, sem tempo de duração e sem que sejam definidos de forma clara itens básicos como função, horas trabalhadas, descanso semanal remunerado, entre outros. (CACCIAMALLI, 2000; CHAHAD, 1988; GREMAUD, VASCONCELLOS, TONETO JR, 2004).

De acordo com Ulyssea (2006) no Brasil, o fato de a legislação exigir que trabalhadores assalariados possuam uma carteira de trabalho assinada, acaba associando à informalidade no mercado de trabalho a falta de um registro em carteira, justificando o fato de vários autores chamarem de informal os trabalhadores sem carteira registrada, os que não contribuem para a previdência social e os que trabalham por conta própria<sup>1</sup>. O autor

---

<sup>1</sup> Dado ao fato de que a contribuição para este grupo de trabalhadores é voluntária, pois freqüentemente param de contribuir e voltam à informalidade; em seguida, reentram na formalidade; mais adiante, retornam ao mercado informal; e, passados alguns anos, ficam desalentados para pagar os atrasados, abandonando por completo a proteção da Previdência Social. (PASTORE, 2000).



ainda destaca o abandono do mercado informal, balizado às margens da legislação, quando na verdade deveria ser exatamente o contrário, pois esses trabalhadores estão mais expostos, a insegurança da relação do trabalho, ficando vulneráveis à demissões, excesso de horas trabalhadas, acidentes de trabalho, além do baixo salário.

Sabadini e Nakatani (2002), também concordam que normalmente os trabalhadores informais vivem em condições precárias, sem acesso aos vários benefícios<sup>2</sup> que os trabalhadores formais têm direito através da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, incluindo aqueles previstos em caso de demissão e que isso gera muita insegurança e faz com que os trabalhadores informais se sintam obrigados a aceitar qualquer tipo de proposta de emprego.

Do ponto de vista de Singer (2006), o mercado informal acaba interferindo nos rendimentos dos trabalhadores formais. Para o autor, os autônomos muitas vezes trabalham mais horas do que aquelas limitadas pela lei, já que ganham mais se trabalharem mais horas, essa longa jornada de trabalho resulta em mais demissões e com o aumento do número de excluídos o padrão salarial é conservado num nível baixo.

Beck (2000 apud Pastore, 2000), alerta que o mercado informal tem registrado um aumento de pessoas com mais qualificação. São exemplos os engenheiros, consultores, analistas, professores e profissionais que trabalham na condição de temporários permanentes. De acordo com o autor, esses trabalhadores estão se distanciando do mundo do emprego e se instalando no do trabalho.

Ao analisar a informalidade através da auto-ocupação, Hirata e Machado (2007) concluem que os indivíduos, independente do sexo, podem entrar no mercado informal pelo histórico familiar, pela busca de uma jornada de trabalho flexível, pelo controle do seu próprio negócio, assim como pela oportunidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação. Mas, podem entrar na informalidade também por uma estratégia de sobrevivência, ou seja, uma alternativa à falta de melhores oportunidades de emprego, nesta última situação os indivíduos recorrem à informalidade como forma de aliviar ou evitar a pobreza, desconsiderando as características não pecuniárias da posição, exercendo muitas vezes trabalhos de baixa produtividade.

Para Rodrigues (2007) um fator poderoso para que um grande número de pessoas entre no mercado informal é a pressão do desemprego, as pessoas desempregadas saem em busca de uma forma de sobrevivência ou sustento de suas famílias, afirma ainda que

---

<sup>2</sup> Jornada de trabalho de 44 horas, direito a férias anuais remuneradas, direito a finais de semana e feriados remunerados, ter aposentadoria remunerada, direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, acesso ao seguro-desemprego, recebimento do 13º salário, direito a 1/3 do salário como adicional de férias, direito a licença remunerada em caso de doença, dentre outros (SABADINI, NAKATANI, 2002 p.275).



aliada a pressão do desemprego está a falta de credibilidade em relação aos sindicatos, o que permite que empresas contratem funcionários através de acordo verbal, sem garantia, com tempo pré-determinado e com baixos salários.

Há estudos indicando que a maioria dos homens entra no mercado informal porque precisa trabalhar para sustentar a si próprio e a sua família e não conseguindo lugar no mercado formal partem para a informalidade. Já as mulheres, encontram no mercado informal a possibilidade de aumentar a renda familiar através do trabalho, podendo conciliá-lo às tarefas domésticas.

Apesar de serem múltiplos e complexos os motivos que levam os trabalhadores a informalidade, é grande a quantidade de autores que acreditam que, invariavelmente, a deterioração do emprego e o aumento do mercado informal estão relacionados com as mudanças estruturais, a baixa capacidade de geração de postos de trabalho formais e a presença gradual do desemprego. Assim, o mercado de trabalho informal tornou-se uma alternativa de sobrevivência e complemento de renda para aqueles que têm dificuldade em inserir-se no mercado formal, seja por causa da idade, sexo, habilidade, condições físicas ou pela redução de custos das empresas. O fato é que o setor informal absorveu um grande número de pessoas durante a década de 90, e essas pessoas passaram a desempenhar atividades sem proteção.

### **3. Metodologia e Base de Dados**

A metodologia do presente estudo fará uso da análise estatística descritiva a qual “baseando-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procura inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada” (MARTINS e DONAIRE, 1988, p. 18).

As informações para a análise proposta provêm da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – correspondentes aos anos de 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

A PNAD é realizada pelo IBGE desde 1967 e trata-se de um sistema de pesquisas por amostragem nos domicílios dentro do território nacional, excluindo a área rural da Região Norte. Até 1970 a pesquisa era feita trimestralmente e a partir de 1971 passou a ser feita anualmente - exceção aos anos de Censos Demográficos - a pesquisa destina-se a investigar diversas características para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país dentre as quais estão àquelas relacionadas ao trabalho e rendimento que abrange a população de 10 anos ou mais de idade. Seus dados são usados rotineiramente para



análises descritivas que envolvem o cálculo, comparação e interpretação de estimativas para totais, médias, taxas, proporções e razões populacionais.

Ressalta-se que as estatísticas apresentadas nesse trabalho foram ponderadas pelo fator de expansão da amostra da PNAD. Utilizou-se o *SAS for Windows V8* para fazer a seleção do banco de dados e a análise estatística dos mesmos.

#### **4. Resultados e Discussão**

O que se observou durante o período analisado é que o percentual de trabalhadores informais é maior que o de trabalhadores formais, tanto no Brasil quanto no Paraná. No Brasil de um total de 89.099.964 trabalhadores, 55,06% estão inseridos no mercado informal. No Paraná este total representa 5.392.285 trabalhadores dos quais 51,28% fazem parte do mercado informal de trabalho.

A pesquisa demonstrou que o Paraná seguiu as mesmas tendências do Brasil, onde a maioria dos trabalhadores é do sexo masculino, esses trabalhadores estão concentrados na área urbana, trabalhando no setor de serviços, mas é importante destacar que a agricultura sozinha emprega em média de 30% do total de informais.

Ao analisar a informalidade segundo cor ou raça percebe-se que houve redução do número de trabalhadores de cor branca seguida de elevação do número de trabalhadores pardos e negros. De acordo com Vasconcelos (2005), o aumento dos trabalhadores negros e pardos no mercado informal está relacionado com a desigualdade racial. Para a autora, a situação é ainda pior para a mulher negra, já que somente uma em cada quatro possui algum vínculo formal de trabalho.

Ainda segundo a autora, o Ministério Público do Trabalho lançou um programa com o IPEA com o intuito de promover a admissão de um número maior de negros no mercado de trabalho, reduzir as diferenças salariais entre brancos e negros e criar critérios de ascensão profissionais mais transparentes.

De acordo com os dados da PNAD's a distribuição dos trabalhadores informais segundo a faixa etária mostra que de uma forma geral houve uma queda da participação do grupo de idade de 10-17 anos, na informalidade que no Brasil passou de 5.662.520 em 1997 para 4.540.458 em 2006 e no Paraná de 367.878 para 272.314, no mesmo período. Acredita-se que as causas dessa redução sejam, possivelmente em decorrência das políticas de erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente, bem como a ampliação de pagamentos assistenciais a famílias carentes, como, por exemplo, a Bolsa Escola, porém nota-se que ainda é preocupante a situação do jovem na



informalidade. Esses dados comprovam que o trabalho infantil permanece um desafio a ser superado (DUARTE, 2006).

Os dados também demonstram uma redução na participação dos jovens com idade entre 18 e 25 anos de idade na informalidade. O que se observa é que simultaneamente, reduziu o número de trabalhadores jovens no mercado informal e aumentou no mercado formal. No período como um todo o Brasil apesar da oscilação, apresentou uma modesta queda dessa faixa etária no mercado informal saindo de 56,28% para 53,48%, já no Paraná passou de 52,95% para 44,38%.

Um dado importante que chama a atenção diz respeito à redução, como um todo, tanto no mercado formal, quanto informal da participação desses jovens. Embora mereça investigações mais profundas, a queda na participação dos jovens desta faixa etária pode estar relacionada com o fato deste grupo, estar adiando o ingresso no mercado de trabalho, de forma a permanecer na escola por mais tempo, com o objetivo de acumular mais anos de estudo, dada a exigência de mais qualificação pelos empregadores (RAMOS, SOARES e ÁVILA, 2005).

Em relação aos trabalhadores pertencentes à faixa etária de 26-35 anos, os dados das PNAD's mostram o quanto cresceu o número de trabalhadores, o incremento durante o período analisado foi de 7.320.394 novos trabalhadores no Brasil e, 398.830 no Paraná, é importante destacar que para esta faixa etária o emprego formal sempre foi maior que o emprego informal.

Percebe-se também um aumento expressivo da participação dos trabalhadores dentro da faixa etária de 36-45 anos, no total de ocupados, o mercado formal foi capaz de absorver boa parte dos 4.097.477 novos trabalhadores brasileiros, desses 540.260 no Paraná, evidenciando a trajetória ascendente do mercado formal para esta faixa etária.

Dos 6.944.476 novos trabalhadores da faixa etária de 46 a 55 anos que ingressaram no mercado de trabalho, 3.604.482 entraram no mercado formal, o que fez com que o percentual de trabalhadores formais no Brasil subisse de 39,79% em 1997 para 45,65% em 2006 e dos empregos informais caíssem no mesmo período de 60,21% para 54,35% e o Paraná seguiu a mesma trajetória do Brasil, contudo, para esta faixa etária ainda predomina a informalidade.

Seguindo para a análise dos trabalhadores de 56 a 65 anos, houve aumento da participação desta faixa etária no mercado de trabalho, os dados demonstram que ainda é elevado o percentual de trabalhadores desta faixa etária na informalidade, girando em torno de 70% do total de ocupados tanto no Brasil quanto no Paraná.



Finalmente sobre a participação do grupo de 66-80 anos no mercado de trabalho, de acordo com os dados das PNAD's oscilou bastante durante todo o período analisado, sobretudo, que os trabalhadores desta faixa etária tem elevada participação no trabalho informal, demonstrando que à medida que aumenta a faixa etária o percentual de informalidade também aumenta.

Uma das razões que podem explicar a elevada participação dos trabalhadores acima dos 56 anos no mercado informal se dá pelo fato de que um número cada vez maior de idosos está entrando no mercado de trabalho e, raramente, após aposentado, um idoso consegue ser admitido no mercado formal.

Esse retorno ou a permanência do idoso no mercado de trabalho é decorrente da elevação da expectativa de vida, que faz com que um número cada vez maior de trabalhadores acima de 56 anos com boas condições físicas e mentais busquem trabalhos alternativos fugindo da depressão.

Assim, ao analisar a informalidade segundo a faixa etária conclui-se que a informalidade prevalece sobre os mais jovens pela falta de experiência e sobre os mais velhos, muitas vezes aposentados que são obrigados a entrar na informalidade para complementar sua renda. Tal resultado vai de encontro com as conclusões encontradas por Cacciamalli (1996) que afirmou existir evidências de que nos grandes centros urbanos, grande parte dos trabalhadores informais seja composta de jovens, pessoas mais velhas e mulheres, motivados pela dificuldade em ingressar no mercado de trabalho devido à dificuldade de reemprego, ou de se encontrar em situação inativa em famílias de renda familiar baixa, incluindo os aposentados que recebem pensões insuficientes.

Quanto a análise do grau de instrução dos trabalhadores informais, no Brasil no período compreendido entre 1997 a 2006 a participação do trabalhadores sem instrução caiu de 19,10% para 13,53%, o mesmo aconteceu com os trabalhadores que tinham entre 1 a 4 anos de estudo que passou de 38,73% para 29,08%.

Já os trabalhadores mais escolarizados aumentaram sua participação na informalidade, em especial o grupo entre 9 a 11 anos de estudo, uma vez, que este grupo apresentou crescimento de forma ininterrupta, com o ingresso de 6.667.732 pessoas, e em termos percentual praticamente dobrou saiu de 11,96% em 1997 para 22,36% em 2006.

Os trabalhadores informais do Paraná também estão mais escolarizados, para os grupos com mais anos de estudos chegou a dobrar, no caso do grupo com 9 a 11 anos de estudo, houve um aumento expressivo no período analisado com o ingresso de 396.310 novos trabalhadores, em 1997 esse grupo representava 11,71% do mercado informal em 2006 já era 23,42%, a situação foi muito parecida para os trabalhadores com mais de 11



anos de estudo, com acréscimo de 155.618 novos trabalhadores e elevação da participação deste grupo na informalidade de 3,95% para 8,70%. Pamplona (2001) relacionou o melhor grau de instrução dos trabalhadores informais ao aumento da participação feminina, uma vez que as mulheres tendem a apresentarem maior nível de escolaridade que os homens.

Houve redução da participação dos trabalhadores de 1 a 4 anos de estudo, mas não ocorreu de forma ininterrupta, já a participação dos trabalhadores sem instrução oscilou bastante com uma tendência ascendente até 2004, e a partir de 2005 seguiu em queda.

Esses resultados demonstram uma relação positiva entre “aumento dos trabalhadores mais escolarizados x mercado de trabalho informal” e podem estar indicando que os trabalhadores diante da grande quantidade de mão-de-obra desempregada sentiram a necessidade de se qualificar, como cita Guimarães [s.d.], a escolaridade passou a ser apontada como uma credencial para que o trabalhador se candidatasse a um posto de trabalho, e mesmo com a oferta de mão-de-obra mais qualificada os postos de trabalhos formais não são suficiente para alocar a todos, assim esses trabalhadores vão buscar no mercado informal uma alternativa para a falta de emprego.

Outra explicação para a ampliação dos indivíduos com mais anos de estudo, estaria no que o Ministério do Trabalho chama de iniciativa empreendedora assumida por determinados trabalhadores, que saem em busca de ter o seu próprio negócio e são considerados informais pela condição de tocar uma atividade por conta própria de maneira autônoma, independente.

Finalmente, em relação à renda recebida pelos trabalhadores informais conclui-se que a maioria dos trabalhadores informais recebem até um salário mínimo e outra parcela significativa de trabalhadores informais recebe de 1 a 2 salários.

No Brasil até 1999, enquanto subia a participação do percentual de pessoas que recebiam + 1 a 2 salários mínimos, caía a participação daqueles que ganhavam até um salário mínimo, porém caía também a participação daqueles que ganhavam + que 4 salários. Quanto aos trabalhadores informais com rendimento até um salário mínimo, houve um crescimento ininterrupto de 2001 a 2006 período em que saiu de 56,13% para 65,18%.

O Paraná apresentou características semelhantes a do Brasil, pois a maioria dos trabalhadores informais recebe até um salário mínimo e outra parcela significativa de trabalhadores informais recebe de 1 a 2 salários. Houve queda na participação dos trabalhadores informais, na faixa de renda até um salário mínimo, no período de 1997 a 1999, que saiu de 56,25% para 50,05% acompanhado de um crescimento dos trabalhadores que recebem + 1 a 2 salários mínimos que subiu de 16,75% para 22,15% em 2001. A partir de então, seguiu oscilando. Já a participação dos trabalhadores informais na faixa de renda





até um salário mínimo seguiu em ascensão durante todo o período analisado, com uma pequena queda apenas no ano de 2003.

Pode-se notar também, uma queda na participação dos trabalhadores informais da faixa de rendimento acima de 4 salários mínimos caindo de 13,08% em 1997 para 7,38% em 2006. Os dados trazem evidências de que o aumento da escolaridade para os trabalhadores informais não resultou em melhoria de renda, mostrando o quanto é precário este mercado de trabalho. Tais resultados corroboram a afirmação de Duarte (2006), de que a parcela desprotegida da população viu seu poder aquisitivo deteriorar com suas condições de trabalho.

## 5. Considerações Finais

Ao comparar os dados do Brasil com o do Paraná percebe-se que há mais similaridades do que diferenças, podendo-se afirmar que o Paraná segue a mesma tendência nacional.

Quanto a característica dos trabalhadores nota-se que a maior parte dos trabalhadores informais concentra-se na área urbana, trabalhando no setor de serviços, doméstico e comércio.

Apesar da elevação da participação feminina na informalidade, mais de 50% dos trabalhadores informais são homens e recebem até dois salários mínimos apesar estarem mais escolarizados, demonstrando que a melhora no perfil educacional não foi acompanhada de uma elevação dos níveis de remuneração.

Nota-se também que houve redução da presença da raça branca seguida de aumentou na quantidade de indivíduos da raça parda e negra e quanto a faixa etária, grande parte dos jovens até 17 anos e dos idosos acima de 56 anos trabalham na informalidade.

Por fim, nota-se que nos últimos 10 anos houve uma mudança na trajetória da expansão da informalidade observada durante toda a década de 90, decorrente da adaptação da economia a um maior grau de exposição a concorrência externa, o que Ramos, Soares e Ávila (2005) chamaram de um possível encerramento do ciclo de reestruturação produtiva, onde as empresas se reorganizaram, reduziram os seus custos e buscaram trabalhar utilizando o máximo de sua eficiência produtiva.

## 6. Referências

CACCIAMALLI, Maria Cristina. **Setor Informal Urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-USP, 1983.



\_\_\_\_ Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Campinas: Economia e Sociedade, 2000, p.153-174. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br:8888/seer/ojs/viewarticle.php?id=157](http://www.eco.unicamp.br:8888/seer/ojs/viewarticle.php?id=157)>. Acesso em: 15 ago. 2008

\_\_\_\_ Maria Cristina. **Assalariamento ilegal no mercado de trabalho urbano da Grande São Paulo: características e evolução, 1985-1992**. In: FIGUEREDO, J. B. (Comp.). Las instituciones laborales frente a los cambios en America Latina. Genebra: Instituto Internacional de Estudios Laborales, 1996. p. 219-233. Disponível em: <<http://greitd.free.fr/communicationscolloque/Greitd2000CACCIAMALLcom.doc>>. Acesso em: 08 ago. 2008

CHAHAD, José Paulo Zaetano. **Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento**. In: FILHO, André Franco Montoro et al. (coord.) Diva Benevides Pinho, Manual de Economia, São Paulo: Saraiva, 1988, p.381-405.

DUARTE, Cristiano Boaventura. **Dinâmica da Informalidade e dos Rendimentos do Trabalho no Brasil nos anos 90 e 2000**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais Caxambu, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_451.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_451.pdf)> . Acesso em: 04 out. 2008.

GUIMARÃES, Henrique. **Mercado de trabalho, escolaridade e renda no Brasil - 1988 a 1996**. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao\\_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf](http://www.fundaj.gov.br/geral/educacao_foco/mercado%20de%20trabalho.pdf)> . Acesso em: 05 nov. 2008.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS Marco Antonio Sandoval de; TONETTO JR, Rudinei, **Economia Brasileira contemporânea**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004. INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostras de domicílio – PNAD: 1997-2006. microdados (compact disc), Rio de Janeiro.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DONAIRE, Denis. **Princípios de estatística**. São Paulo: Atlas, 1988

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**. Fundação Perseu Ramos. São Paulo, 1999

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, 2001.

PASTORE, Jose, **Como conduzir a informalidade ?** Revista do Ministério do Trabalho, 18 out 2000. Disponível em: <[http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti\\_004.htm](http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_004.htm)> . Acesso em: 07 ago. 2008.

HIRATA, Guilherme Issamu e MACHADO; Ana Flavia, **Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia**, Rio de Janeiro: IPEA, 2007 n. 34. Disponível <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim\\_mercado\\_de\\_trabalho/mt34/04Nota2.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt34/04Nota2.pdf)> . Acesso em: 16 jun. 2008.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.



RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 914). Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_019l.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_019l.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2008.

RODRIGUES, Vivian Machado de Oliveira. **Causas do Avanço do Trabalho Informal no Brasil e Regiões Metropolitanas Brasileiras a Partir da Década de 1990**. FAECO, Santo André, 2007. Disponível em: <[http://www.fsa.br/propex/sapex/PDF/TRABALHOS\\_ALUNOS\\_PDF/Vivian\\_Machado/14395\\_Vivian\\_Machado\\_Relatorio\\_Final.pdf](http://www.fsa.br/propex/sapex/PDF/TRABALHOS_ALUNOS_PDF/Vivian_Machado/14395_Vivian_Machado_Relatorio_Final.pdf)>. Acesso em: 28 de ago. 2008.

RAMOS, Lauro; SOARES, Reis; ÁVILA, Marcelo de. **Avaliação geral dos resultados da pnad de 2004**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_29c.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_29c.pdf)> . Acesso em: 06.out. 2008.

SABADINI, Mauricio de Souza; NAKATANI Paulo. **Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil**: revista Venezolana de analisis de coyuntura, 2002, Vol. VIII, n. 2, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.revele.com.ve/pdf/coyuntura/volviii-n2/pag265.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2008. Acesso em: 13 jul. 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico político e alternativas. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_ Gabriel. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4, p. 596-618, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n4/08.pdf>> . Acesso em: 28 de ago. 2008

VASCONCELOS, Lia. **Realidade em preto e branco**. Revista Desafios do Desenvolvimento, n.17,IPEA, mar. 2005 . Disponível, em <[http://desafios.ipea.gov/Desafios/edicoes/17/artigo\\_13702-2.php](http://desafios.ipea.gov/Desafios/edicoes/17/artigo_13702-2.php)> Acesso em: 20 nov. 2008.